

## TERMO DE REFERÊNCIA

<b>Nome do Projeto</b>	Integração da Conservação da Biodiversidade no Setor do Turismo em Sinergia com o Reforço do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde (PIBT-AP)
<b>Posição</b>	Consultoria para a elaboração, ou revisão, dos estudos de caracterização do sector de turismo com enfoque nas Áreas Protegidas das ilhas de Sal, Boavista, e Maio e no Parque Natural de Serra de Pico de Antónia (Santiago).
<b>Tipo de consultoria</b>	Consultoria nacional
<b>Escritório</b>	UNDP-GEF Office Cabo Verde, Environment and Disaster Risk Reduction Unit (PNUD-CO)
<b>Local de trabalho</b>	Praia (Santiago), com missão no terreno na ilha da Boavista, e deslocações na zona do Parque Natural de Serra de Pico de Antónia (PNSPA; ilha de Santiago).
<b>Tipo de contrato</b>	Contrato individual
<b>Data de início prevista</b>	5/8/2018
<b>Data de término prevista</b>	30/11/2018
<b>Duração da consultoria</b>	55 dias de trabalho

### I. Enquadramento

Cabo Verde, enquanto país pequeno, insular e arquipelágico, agravado pelas suas vulnerabilidades económica e ambiental, exige estratégias adequadas de gestão dos seus recursos naturais. É nesta linha de preocupações que o País ratificou a Convenção sobre a Diversidade Biológica em 1995, em 1999 elaborou a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, e em 2014 elaborou a segunda Estratégia, com o horizonte 2014-2030.

Em 2003, foi publicado o Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, sobre o regime jurídico de espaços naturais, que cria a Rede Nacional de Áreas Protegidas. Nos últimos anos, houve um esforço notório no processo de consolidação de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Cabo Verde (SNAP), traduzido em instrumentos de gestão elaborados e em execução em 26 das 46 áreas protegidas do País.

É neste quadro que o Governo de Cabo Verde beneficiou dos financiamentos do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) para a implementação de um projeto intitulado “Integração da Conservação da Biodiversidade no Sector do Turismo, em Sinergia com o Reforço do SNAP de Cabo Verde” (PIBT-AP), executado pelo Ministério de Agricultura e Ambiente (MAA), através da Direção Nacional do Ambiente (DNA), em estrita colaboração com o Ministério de Turismo e Transportes (MTT).

A consultoria proposta será desenvolvida no quadro do referido projeto cujo objetivo principal é a salvaguarda da biodiversidade de Cabo Verde com relevância internacional, das ameaças atuais e emergentes que a afeitam, através o reforço do quadro regulatório no âmbito do sector de turismo, e a operacionalização dum subconjunto critico de áreas protegidas (APs).

Em Cabo Verde, o cenário alternativo proposto, suportado pelo PIBT-AP, criará condições de viabilidade para mitigar os impactes adversos do sector de turismo sobre a biodiversidade. O quadro de referencia será desenvolvido a nível nacional e inicialmente reproposto em quatro ilhas piloto onde as pressões imediatas são maiores e uma pronta reação de todas as instituições e intervenientes é mais urgente (i.e. Santiago, Sal, Boavista e Maio). Os modelos propostos poderão ser replicados de forma mais ampla em futuro. Esta Ação urgente a nível local inclui a operacionalização de um conjunto critico de áreas protegidas terrestres e marinhas/costeiras e a gestão piloto com as comunidades de biodiversidade marinha e pesca artesanal em dois sítios selecionados. Ao mesmo tempo, o projeto aproveitará das oportunidades de contexto para estabelecer ferramentas mais sustentáveis para o financiamento e gestão de APs e para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais, contribuindo para a

consolidação e diversificação do produto turístico de Cabo Verde e a sustentabilidade do destino e do sector.

Isto será alcançado através das seguintes duas componentes do projeto:

- No âmbito da Componente 1, o projeto desenvolverá e estabelecerá quadros de referencia coerentes e efetivos (isto é, legais, políticos, normativos e institucionais) para melhorar o planeamento estratégico multi-setorial do uso do solo, com enfoque nos sectores de turismo e imobiliário/construção. Isso incluirá: (1) fortalecer a capacidade institucional e governamental de integrar a conservação da biodiversidade no sector de turismo, inclusive por meio de Avaliações Ambientais Estratégicas (AAEs), Avaliações de Impacto Ambiental (AIAs), regulamentos relacionados ao planeamento, licenciamento do turismo, e monitorização/fiscalização da conformidade das medidas de actuação; (2) o estabelecimento de comitês de integração de políticas que supervisionem a coerência entre políticas/planeamento e o desenvolvimento do turismo e a gestão ambiental / da biodiversidade em nível nacional e nas ilhas interessadas por um significativo desenvolvimento turístico (por exemplo, Santiago, Sal, Boavista e Maio); (3) o desenvolvimento e revisão dos regulamentos de ordenamento do território (ou seja, AAE, AIA, Zonas Turísticas Especiais (ZTEs), Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTIs), Zonas de Reserva e Proteção Turística (ZRPT), etc.) integrando plenamente as preocupações relacionadas com a conservação da biodiversidade, e assegurando que as recomendações que saem desses processos sejam implementadas e monitoradas; (4) implementação de AAEs para informar os planos de desenvolvimento turístico onde existem lacunas nos mesmos para os destinos onde se prevê uma significativa pressão devida ao desenvolvimento do turismo; (5) a revisão de incentivos fiscais, financeiros e processos de licenciamento para integrar nos mesmos critérios de conservação da biodiversidade; (6) o estabelecimento e o desenvolvimento de padrões de melhores práticas para turismo sustentável e certificação voluntária de empresas e destinos; e (7) a estruturação e experimentação de mecanismos de financiamento inovadores para as APs, relacionados com medidas de compensação para a biodiversidade.

- No âmbito da Componente 2, o projeto apoiará: (1) a operacionalização de 7 APs através o desenvolvimento de planos de gestão, planos de ecoturismo e regulamentos, com que abordar as ameaças existentes e emergentes para a biodiversidade; (2) a identificação de sítios para possível designação de novas Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) para a sua inclusão no sistema nacional de APs, através de uma avaliação sistemática dos recursos da biodiversidade na plataforma marinha; (3) a definição e implementação de sistemas piloto de governança das APs, incluindo mecanismos de co-gestão e resolução de conflitos; (4) acordos para a regulação, gestão e aplicação do uso da terra e recursos naturais por comunidades locais / usuários de recursos; (5) a implementação da pesca artesanal de forma sustentável e favorável à biodiversidade em dois locais-piloto, através da promoção e adoção de artes adequadas, melhores práticas e a designação de zonas proibidas pela comunidade, proibições sazonais de pesca, etc.; (6) o desenvolvimento de mecanismos piloto específicos de cada ilha, para a geração de receitas nas APs, em conjunto com as partes interessadas do sector de turismo. Estas incluirão, inter alia, taxas de ingresso de visitantes, taxas de concessão de operadores de turismo, impostos de ecoturismo e esquemas de compensação e reinvestimento na conservação da biodiversidade; (7) instalação de um programa de monitorização ambiental e plano para rastrear os impactos do turismo e da pesca nas APs, usando abordagens participativas; e (8) a preparação e implementação de campanhas de Informação, Comunicação e Educação (ICE) para promover o papel das APs e do turismo sustentável.

## **II. Alvo da consultoria**

O consultor deverá:

- Elaborar os estudos de caracterização do sector do turismo com enfoque nas APs e recursos naturais da ilha da Boavista, e do PNSPA (Ilha de Santiago);

- Rever e finalizar os esboços dos estudos de caracterização do sector do turismo com enfoque nas APs e recursos naturais das ilhas do Sal e do Maio preparados pelas Unidade de Gestão de Áreas Protegidas (UGAP) das respectivas ilhas.

Os objetivos essenciais dos estudos a ser elaborados, ou finalizados são:

1. Fornecer informações relevantes para a preparação dos planos de gestão, de ecoturismo e de negócios das APs alvo de intervenção do PIBT-AP;
2. Fornecer informações que permitam aprofundar os conhecimentos conseguidos, aquando da formulação do documento de projeto do PIBT-AP, relativamente às características gerais e distintivas das atividades do sector de turismo em cada sítio de intervenção do projeto. Os estudos deverão servir como ferramenta de base para as UGAPs, UGP, DNA e DGT, na preparação de todas as atividades do PIBT-AP em nível local - e algumas de nível nacional - que sejam de alguma forma relacionadas com o sector de turismo.

### **III. Responsabilidades e tarefas**

No âmbito dos alvos acima descritos, o consultor terá as seguintes responsabilidades e tarefas para assumir e desenvolver:

- ⇒ Ter encontros iniciais com o pessoal de PNUD-CO e DNA/UGP com objectivo de recolher subsídios para a definição da metodologia e do plano de trabalho para a consultoria;
- ⇒ Na base dos subsídios recebidos nos encontros iniciais, elaborar e entregar ao PNUD-CO e DNA/UGP uma proposta metodológica e plano de trabalho;
- ⇒ Finalizar a proposta metodológica e plano de trabalho conforme os feedbacks recebidos, após a revisão dos atores institucionais;
- ⇒ Desenvolver o trabalho de recolha de informações de base sobre o sector de turismo em Boavista e no PNSPA, bem como na sua área de incidência externa, que deverá necessariamente incluir:
  - a. Inventariação bibliográfica de toda a documentação publicada e informal relevante para a elaboração do estudo;
  - b. Encontros com os atores locais sectoriais, ou com incidência/impacte relevante nas actuações dos atores sectoriais;
  - c. Implementar pelo menos mais uma metodologia de recolha de informações de base (inquérito, entrevistas, etc.) que será definida no âmbito da proposta metodológica apresentada e aprovada. O trabalho de recolha de dados e informações prevê a deslocação do consultor para duas semanas na ilha da Boavista, e um equivalente numero de dias de trabalho no PNSPA e sua área de amortecimento.
- ⇒ Rever os esboços dos estudos de caracterização do sector do turismo com enfoque nas APs e recursos naturais das ilhas Sal e do Maio preparados pelas UGAPs das respectivas ilhas com objectivo de:
  - Identificar as lacunas essenciais dos referidos esboços para que os conteúdos finais dos documentos sejam satisfatoriamente conformes ao esquema de conteúdos mínimos apresentado no Anexo 1 deste TdR;
  - Definir, juntamente com as UGAPs envolvidas, a forma para colmatar as lacunas identificadas e coordenar com elas para finalizar os documentos.
- ⇒ Elaborar, entregar e apresentar ao PNUD-CO, DNA/UGP e UGAPs os estudos de caracterização do sector do turismo com enfoque nas APs e recursos naturais das ilhas da Boavista, Sal, Maio e do PNSPA. Os documentos de estudo apresentados deverão estar de acordo com o esquema de conteúdos mínimos apresentado no Anexo 1 deste TdR;
- ⇒ Rever os estudos de caracterização do sector do turismo com enfoque nas APs e recursos naturais das ilhas da Boavista, Sal, Maio e do PNSPA conforme os feedbacks recebidos pelos stakeholders envolvidos e entregar os esboços finais dos documentos ao PNUD-CO e DNA/UGP.

#### IV. Produtos e entregas esperados

Produtos	Duração estimada para o completamento	Numero de das de trabalho previsto	Submetido para, e aprovado por	Programa de pagamentos
Aprovação da metodologia e do plano de trabalho.	No máximo de 5 dias após da assinatura do contrato.	5 dias	PNUD-CO e DNA	20% do montante do contrato
Quatro esboços iniciais dos estudos de caracterização do sector do turismo com enfoque nas APs nas quatro ilhas/sítios de intervenção do PIBT-AP. Relatório preliminar dos avanços da consultoria (atividades realizadas)	No máximo de 90 dias após da aprovação da metodologia e do plano de atividades pelo PNUD-CO e DNA.	45 dias	PNUD-CO e DNA	40% do montante do contrato
Quatro esboços finais dos estudos de caracterização do sector do turismo com enfoque nas quatro ilhas/sítios de intervenção do PIBT-AP. Relatório final das atividades realizadas no âmbito desta consultoria)	No máximo de 15 dias após de ter recebido os feedbacks pela PNUD-CO, DNA/UGP, relativamente aos primeiros esboços dos estudos.	5 dias	PNUD-CO e DNA	40% do montante do contrato

#### V. Arranjos Institucionais

- O consultor trabalhará sob a supervisão direta dos Escritórios do PNUD- Cabo Verde chefe da Unidade de Ambiente e Redução de Riscos e Desastres, em estreita colaboração com a Direção Nacional do Ambiente/ Unidade de Coordenação Nacional do Projeto;
- As instituições com que o consultor deverá interagir incluem: Direção Nacional do Ambiente, Direção Geral do Turismo e Transportes, a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boavista e Maio, Câmaras Municipais, Delegações do Ministério da Agricultura e Ambiente, Câmara de Turismo, principais operadores turísticos das respetivas Ilhas, INE.

#### VI. Duração e lugar de trabalho

A consultoria começará em agosto de 2018, e será completada em novembro de 2018, precisando dum total de 55 dias de trabalho, num prazo de contrato de 4 meses.

O lugar de trabalho é a cidade da Praia, ilha de Santiago, com missões no terreno na ilha da Boavista e Sal (duas semanas de trabalho) e na zona do PNSPA, no interior de Santiago.

Período proposto	Lugar	Nº de dias
Agosto 2018	Praia	6
Agosto e setembro 2018	Boavista	10
Agosto e setembro 2018	PNSPA e sua zona de amortecimento	10
Outubro-Novembro 2018	Praia	27
Novembro 2018	Praia	2
<b>Agosto– novembro 2018</b>	<b>TOTAL</b>	<b>55</b>

O PNUD-CO e a DNA/UGP comprometem-se em proceder aos devidos comentários e eventuais pedidos de alteração aos entregáveis da consultoria, ou a confirmar a sua aprovação/aceitação, num prazo de duas semanas após a entrega de cada produto.

## **VII. Perfil do/a consultor/a**

### *a) Habilitações Académicas*

- Habilitação académica mínima de licenciatura em gestão de turismo, ou outras habilitações explicitamente relacionadas à área de turismo;
- Mestrado em gestão de Turismo, Economia do Ambiente, ou um mix de habilitações académicas nas áreas de turismo e da economia/ciências sociais.

### *b). Experiencia profissional*

Serão consideradas importantes as seguintes habilidades e experiencias profissionais:

- Experiencia profissional de pelo menos 5 anos de experiencia, de preferência em Cabo Verde no domínio do ambiente, na gestão de projetos, ou de atividades empresariais relacionadas com o sector de turismo;
- Experiências na preparação de documentos de análise de base e de diagnostico para o sector de turismo a nível local e nacional;
- Experiencias na gestão/participação em equipas de trabalho em processos de planeamento sectorial e territorial, mais especificamente nos sectores de turismo, ou de ambiente;
- Uma boa compreensão dos desafios relacionados com a estruturação de atividades turísticas em harmonia com os objetivos de desenvolvimento sustentável;
- Experiencia previa de trabalho atinente ao tema da consultoria nos sítios/ilha alvo dos estudos;
- Experiências anteriores com projetos financiados por GEF/PNUD é um valor acrescentado.
- O conhecimento de inglês ou francês serão uma vantagem

Boa capacidade de comunicação interpessoal e de trabalho em equipa.

### *c) Língua*

- Excelente conhecimento de Português falado e escrito. O conhecimento de inglês ou francês serão uma vantagem

## **VIII. Proposta financeira**

A proposta financeira deve especificar um montante global. Para a avaliação e comparação das propostas financeiras, as mesmas deverão incluir a repartição do montante total associado à execução da consultoria, incluindo os honorários, impostos, custos de comunicação, etc.

Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo PNUD-CO em concertação estreita com a DNA/UGP.

As viagens de avião entre a cidade da Praia e as ilhas de intervenção do projeto e os custos de acomodação durante as missões breves, serão assegurados (bilhetes), ou reembolsados (*per diem*) pela Coordenação do referido Projeto, de acordo com as regras de implementação do mesmo. Os transportes nos sítios de intervenção do projeto serão assegurados pelas Delegações do MAA.

## **IX. Candidaturas**

As candidaturas deverão ser enviadas até o dia 25 de Julho de 2018, 16H30 (horas de Cabo Verde), com referencia ***“Consultoria para a Elaboração, ou revisão, dos Estudos de Caracterização do sector do Turismo com enfoque nas Áreas Protegidas das ilhas de Sal, Boavista, e Maio e no Parque Natural de Serra de Pico de Antónia (Santiago).”*** para o seguinte email: [procurement.cv@cv.jo.un.org](mailto:procurement.cv@cv.jo.un.org)

As propostas deverão conter:

- Carta de manifestação de interesse e disponibilidade imediata, de acordo com o template em anexo;

- Curriculum Vitae e formulário P11 (template em anexo), indicando a experiência profissional prévia em funções similares, qualificações académicas, contactos pessoais e três referências profissionais;
- Proposta técnica e financeira, de acordo com as indicações contidas neste TdR.

#### **X. Critérios de avaliação**

Será utilizado o método de pontuação combinada – no qual a proposta técnica será ponderada com um máximo de 70%, combinando-se com a proposta financeira, que será ponderada até um máximo de 30%.

**Avaliação Técnica:** só os candidatos com um máximo de 70% do total de pontos indicados para a avaliação técnica serão considerados elegíveis tecnicamente e passarão à fase de avaliação financeira.

**Avaliação Financeira:** o número máximo de pontos será atribuído à oferta mais baixa. As restantes ofertas receberão a pontuação em proporção inversa, calculada como proporção da proposta mais baixa entre as candidaturas tecnicamente qualificadas.

<b>Critérios de seleção</b>	<b>Peso</b>	<b>Pontuação máxima</b>
<b>Avaliação Técnica</b>	<b>70%</b>	<b>70 pontos</b>
Habilitações académicas: Mestrado em gestão de Turismo, Economia do Ambiente, ou um mix de habilitações académicas nas áreas de turismo e da economia/ciências sociais.		15 pontos
Experiência profissional mínima de 5 anos na função pública, na gestão de projetos, ou de atividades empresariais relacionadas com o sector de turismo.		15 pontos
Experiências na preparação de documentos de análise de base e de diagnóstico para o sector de turismo a nível local e nacional.		15 pontos
Experiências na gestão/participação em equipas de trabalho em processos de planeamento sectorial e territorial, mais especificamente nos sectores de turismo, ou de ambiente.		12 pontos
Uma boa compreensão dos desafios relacionados com a estruturação de atividades turísticas em harmonia com os objetivos de desenvolvimento sustentável.		5 pontos
Experiência previa de trabalho atinente ao tema da consultoria nos sítios/ilha alvo dos estudos.		5 pontos
Experiências anteriores com projetos financiados por GEF/PNUD.		3 pontos
<b>Proposta financeira</b>	<b>30%</b>	<b>30 pontos</b>

A Comissão de Avaliação recomendará a adjudicação da oferta que tenha a maior pontuação combinada.

As propostas não identificadas corretamente e os dossiers incompletos serão excluídos.

Quaisquer pedidos de esclarecimento devem ser enviados, por escrito, para o endereço eletrónico [humanresources.cv@cv.jo.un.org](mailto:humanresources.cv@cv.jo.un.org) que irá responder por escrito ou por correio eletrónico e enviará cópias escritas da resposta, incluindo uma explicação sobre a consulta sem identificar a fonte de consulta, a todos os consultores.

## **ANEXO 1 – Esquema do documento final do estudo de caracterização do sector de turismo com enfoque nas APs nas ilhas/sítios de intervenção do PIBT-AP**

### **1 – Introdução**

*Uma descrição do contexto de elaboração deste documento, dos seus objetivos justificativa, metodologia e estrutura.*

#### **1.1 – Informações gerais, localização estatuto legal e limites das APs alvo do projeto**

*Quais são as APs alvo do diagnóstico? Qual é o seu estatuto legal? Quais são os seus limites e superfície?*

### **2 – Análise dos atores do sector do turismo**

*Mapeamento de todas as organizações e empreendimentos, relevantes do sector do turismo. O inventário deve incluir uma lista descritiva das seguintes tipologias de atores:*

- Entidades públicas;
- Organizações não governamentais;
- Associações sectoriais;
- Privados que têm interesses relacionados às APs, como os operadores turísticos, guias de excursão, operadores de pesca desportiva, etc.;

### **3 – Infraestruturas e serviços relevantes para as atividades turísticas**

*Fornecer uma descrição geral das infraestruturas e dos serviços existentes, em fase de realização, e planeados nas áreas dos sítios de intervenção do projeto (localização, tamanho, etc.), ou na ilha interessada quando forem relevantes para os objetivos do documento. Fazem parte das infraestruturas e serviços, entre outros: estradas, trilhos, saneamento, eletricidade, transportes, telecomunicações, educação, saúde pública, etc.*

### **4 – Atividades de uso relacionadas com o turismo**

*Fornecer uma descrição detalhada das atividades económicas e não da ilha que têm uma relação direta com o turismo. Fornecer uma descrição detalhada das atividades produtivas que são desenvolvidas (alojamento, agências de viagens excursões, prestadores de serviços) ou relacionadas com os sítios de intervenção do projeto (número de visitantes, dormidas, despesas turísticas e outros serviços, etc.).*

### **5 – Recursos turísticos/ produtos turísticos**

*Inventariar todos os elementos de interesse atual e potencial para o público de turistas. Analisar a relação entre o sector de turismo e a população residente: tipologias de turismo praticadas (all-inclusive, base comunitária, etc.), cadeia de valores existentes e seus impactes positivos e negativos, oportunidades e riscos. Recolher dados e informações sobre a perceção do turismo por parte dos residentes locais. Recolher dados e informações sobre a perceção das dinâmicas do turismo por parte dos atores do sector.*

### **6 – Projetos relevantes**

*Inventariar e fornecer informações relevantes sobre os projetos/investimentos em curso, em fase de preparação, ou recentemente concluídos (e.g. nos últimos cinco anos), que sejam relacionados com o turismo na ilha.*

### **7 - Ordenamento do território e outros instrumentos de planeamento relacionados com o sector de turismo**

*Identificar as Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e as Zonas de Reserva e Proteção Turística (ZRPT) e definir o seu relacionamento territorial com às APs da ilha em geral e com as APs alvo de intervenção do projeto de forma mais específica. Identificar os Planos de Ordenamento Turístico (POTs), se já foram elaborados/aprovados, e analisar o relacionamento entre as ZDTIs e APs assim como previsto por estes documentos de plano.*

### **8 – Anexos**

#### **A – Bibliografia**

*Todos os documentos citados no relatório de diagnóstico devem ter a sua referencia bibliográfica neste anexo.*

**This TOR is approved by:**

Signature

Maria Celeste Foster Benchimol

Name and Designation    Maria Celeste Benchimol - Head of Environment and Disaster Risk Reduction  
Unit

Date of Signing    13/72018